

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL

Vitória Guedes Geraldo; Marcella Marcilli Lopes
Faculdade de Tecnologia de Mococa
Discente do curso de Tecnologia em Agronegócio

Dra. Mirina Luiza Myczkowski Gomes
Faculdade de Tecnologia de Mococa
Docente do curso de Tecnologia em Agronegócio

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar as atividades de Associações e Cooperativas Rurais da região de Mococa e analisar as atividades descritas por uma Associação local (APRUMO) verificando as principais dificuldades encontradas por esta Associação. Destaca-se como pesquisa exploratória, realizada por meio de Pesquisa Bibliográfica baseada em materiais já elaborados como livros e artigos científicos e questionários aplicados de forma qualitativa. Foram aplicados questionários específicos à 3 representantes oficiais de Associações/ Cooperativas agrícolas na região de Mococa. Os dados obtidos nos questionários foram compilados para gerar a discussão do tema em questão. A atividade realizada dentro das cooperativas tem como objetivo a comercialização do produto, observa-se que a cooperativa é um incentivo para que o produtor rural possa realizar suas atividades em grupo, como cooperado, um ajudando ao outro a suprir suas necessidades para que assim possa ser realizada a comercialização desses produtos. As atividades das Cooperativas participantes da pesquisa estão de acordo com o esperado na contribuição destas instituições para o desenvolvimento econômico ligado ao agronegócio. Mostram também que as dificuldades encontradas pela APRUMO devem ser contornadas para que a associação cumpra o seu papel trazendo maiores benefícios aos seus associados e possibilitando a agregação de valor aos produtos. Ressalta-se a importância das ações que promovam o desenvolvimento econômico, que auxiliem os pequenos produtores e que viabilizem estratégias para a manutenção de suas produções. Isso só pode ocorrer com atividades ligadas ao associativismo e cooperativismo para agregação de valor e produção sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Associativismo. Desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Existem vários conceitos sobre a agricultura familiar, um deles é que o espaço da exploração familiar é correspondente à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho são intimamente ligados à família, unidade produtiva esta que recobre situações extremamente variadas, diferentes e assemelhadas, ou seja, as explorações familiares constituem-se em um grupo social não homogêneo, mas contam com uma excepcional capacidade de adaptação (RAMBO, TARSITANO, LAFORGA, 2016).

Há também o conceito de que a agricultura familiar é uma unidade de produção em que relacionam: trabalho, terra e família. Outro conceito semelhante é de que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com conseqüências no modo como esta age econômica e socialmente, já que a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata bem como a reprodução das gerações subseqüentes (RAMBO, TARSITANO, LAFORGA, 2016).

Segundo o Estatuto da terra, a propriedade familiar é o próprio módulo rural, que expressa fatores como qualidade da terra, clima, cultura e tamanho da família na definição, em cada região, da área ideal que responda ao mínimo necessário para garantir sustento e desenvolvimento da propriedade familiar (TALASKA, ETGES, 2015).

Em relação à produção de alimentos, a agricultura familiar responde por parte considerável do abastecimento interno, compondo a dieta alimentar básica da população e oferecendo uma grande contrapartida à produção nacional. Mesmo tendo essa importância, a agricultura familiar sempre foi marginalizada e, em algumas regiões, como no sertão e no semiárido nordestino, os próprios agricultores têm problemas de geração de renda capaz de contemplar as necessidades mínimas, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que mesmo sendo uma região especializada na produção de grãos como soja, trigo e milho, as condições de vida não são favoráveis (TRICHES, 2010).

Uma importante atividade para o fortalecimento de pequenos agricultores é a ação de associações e cooperativas contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio. A análise dessas atividades já estabelecidas é importante pois pode servir de exemplo e contribuir para ações futuras em vários municípios e regiões.

O objetivo deste trabalho foi analisar as atividades de Associações e Cooperativas Rurais da região de Mococa e analisar as atividades descritas por uma Associação local (APRUMO) verificando as principais dificuldades encontradas por esta Associação.

AGRICULTURA FAMILIAR

Com base em um estudo no território Médio Alto Uruguai, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui 23.090 estabelecimentos agropecuários considerados familiares (93,04% do total), que ocupam 73,97% da área total de terras da microrregião. É no âmbito desse universo empírico da agricultura familiar local que surgem as agroindústrias familiares como uma nova estratégia de produção e reprodução social das famílias.

Atualmente, o conceito de agricultor familiar combina critérios tais como: tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e gestão familiar da unidade produtiva, bem como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva, conforme estabelece a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 3 (RAMBO, TARSITANO, LAFORGA, 2016).

Pode-se dizer que as unidades agroindustriais familiares dessa região produzem, processam e comercializam em torno de 75 diferentes alimentos, o que demonstra a relevância dessa atividade e a diversificação presente. A maioria dessas unidades de processamento (79,3%) obtém até R\$ 30.000,00 de renda bruta ao ano, o que pode ser considerada uma renda elevada. Basicamente as agroindústrias surgem nesse local por dois conjuntos de motivos. Primeiro, por causa da redução das rendas obtidas com a atividade agrícola e da elevação dos gastos com insumos externos, segundo, graças à redução dos preços de produtos agrícolas tradicionais, como milho, soja, fumo e trigo. Em virtude da capacidade de ação e reação social dos agricultores, concretizada, nesse caso, por meio da busca e construção de novas alternativas

produtivas, entre as quais a agro industrialização. Nesse caso, a capacidade de reação e de construção de uma nova alternativa que assenta-se fortemente no conjunto de conhecimentos, que historicamente vêm sendo construídos pelos agricultores em relação ao processamento de alimentos, e na forte presença de uma produção diversificada para autoconsumo. (OLIVEIRA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

Entre os conceitos trazidos, tem-se o Estatuto da Terra (BRASIL, Lei nº 4.504, de 1964), com a definição de Imóvel Rural. O imóvel rural, considerado um conceito referência para as demais definições, é conceituado como todo “prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”. A partir desta definição, o Estatuto da Terra classifica os imóveis rurais como minifúndio, que é caracterizado por ser um imóvel rural de área extremamente pequena que não possibilita a manutenção de uma propriedade familiar, possui, pois, dimensão inferior ao necessário para o desenvolvimento social e econômico do proprietário e de sua família. Já o latifúndio, o imóvel rural com área igual ou superior ao módulo rural, que é inexplorado ou explorado de forma inadequada e insuficiente, ou ainda porque possui grande dimensão de área, a ponto de ser incompatível com a distribuição justa da terra na região onde se situa.

No Brasil, a agricultura familiar tem importante papel econômico. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aproximadamente 84% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como familiares, representando 33% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que ressalta o seu importante papel, tanto pela produção de alimentos, quanto na geração de empregos diretos e indiretos.

Nos últimos anos, esses estabelecimentos passaram a ter maior destaque no âmbito organizacional e institucional. Com esse enfoque, discussões sobre agricultura familiar vêm ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com maior frequência por movimentos e estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do meio rural. Nesse contexto, dentre os acontecimentos de maior ênfase, destaca-se a criação do PRONAF (em meados dos anos 1990), destinado a estimular a geração de renda e melhorias na mão de obra familiar. Além disso, em 2011,

o governo implementou o Programa Rede Rural Brasil, com a finalidade de aproximar os agricultores de outros elos da cadeia em que estão inseridos (como fornecedores, logística de transporte e os consumidores), visando maximizar a organização da cadeia de produtos da agricultura familiar (FOGUESATTO et al., 2017).

Quando uma propriedade diversificada, que tem como produção principal atividades agropecuárias e agroindustriais pode ocorrer uma diversificação vertical, com agregação de valor à produção. Assim, a agroindústria familiar pode surgir como alternativa para a busca de novos nichos de mercado, desenvolvendo iniciativas capazes de gerar novas opções frente aos mercados agroalimentares. Em linhas gerais, essas novidades (produtivas, de canais de mercado, organizacionais e tecnológicas), contribuem para o desenvolvimento da atividade, frente ao mercado contemporâneo. Contudo, essa opção de negócio envolve também a competição com outras organizações da mesma natureza em um mercado complexo (FOGUESATTO et al., 2017).

A partir desse embasamento, as características do cenário agroindustrial familiar devem ser estudadas e compreendidas pelos tomadores de decisões desse setor, para que as atividades de agregação de valor atinjam os objetivos pretendidos pelo eixo familiar (FOGUESATTO et al., 2017).

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Implantado no Brasil, a partir da década de 1990, o conceito de Agricultura Familiar é norteado pelo paradigma do capitalismo agrário, que torna a Agricultura Familiar como mais uma unidade do sistema capitalista e pela ideia de que o camponês só estará bem se integrado ao capital. Por volta dos anos de 2000, houve a necessidade de uma definição legal sobre o termo agricultor familiar, principalmente para facilitar seu acesso aos programas de políticas públicas. Esta definição ocorreu a partir da implantação da Lei 11.326/2006. Assim, esse agricultor é aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Essa lei estabeleceu, legalmente, a padronização do termo agricultor familiar a fim de que esses acessassem os programas direcionados a eles. Dessa forma, foram criados programas e ações para inserir as famílias camponesas no mercado produtivo, com o objetivo de suprimir o suposto caráter parcial de sua economia, integrando-as às formas de produção e de trabalho capitalistas considerando apenas o seu potencial econômico. Esta postura político-econômica se baseia no ideário neoliberal em voga naquele momento. (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015; RIBEIRO; DIAS, 2013).

Dentre os programas para agricultura familiar desenvolvidos pelo MDA estão o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) normatizado pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que conta com a atribuição do Selo Combustível Social (SCS) às empresas que adquirem oleaginosas de agricultores familiares e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). (GRISA et al, 2017; RIBEIRO; DIAS, 2013).

A criação do PAA foi resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos durante a década de 1990 no Brasil. O primeiro tinha como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate era direcionado ao reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. PAA é uma política de assistência social aos agricultores familiares, entretanto, é conduzida como uma política comercial. Por meio deste programa adquirem-se os alimentos produzidos pelas famílias camponesas, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais (BERGAMASCO et al., 2013; RIBEIRO et al., 2013).

O PAA foi implantado objetivando o incentivo da produção de alimentos

pela agricultura familiar, o incentivo à comercialização desses produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional possam ter acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade. Ou seja, o PAA alia a política agrícola, enfocando a questão da comercialização, à segurança alimentar e nutricional da população (BERGAMASCO et al., 2013).

Os alimentos produzidos e comercializados por este Programa são destinados à rede sócio assistencial e às instituições públicas de alimentação e nutrição como: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos para famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e em risco alimentar (RIBEIRO et al., 2013).

No início dos anos 1990, em virtude de medidas econômicas neoliberais adotadas, as organizações da agricultura familiar recrudesceram as pressões e contestações por políticas agrícolas diferenciadas. Os Gritos da Terra iniciados em 1994 foram particularmente importantes. Em resposta a eles, o Governo Federal criou o Pronaf em 1995. Deste modo, a atuação dos movimentos sociais e sindicais foi fundamental para a emergência da primeira política nacional direcionada especificadamente para os agricultores familiares (GRISA et al., 2017).

O objetivo do Pronaf-Agroindústria ficou definido em “melhorar a condição de vida dos agricultores familiares mediante o incentivo e apoio para se inserirem de forma associativa ao agronegócio através de aglomerados de pequenas e médias agroindústrias interligadas a uma central de serviço de qualidade de processamento e de mercado, gerenciado por eles” (JUNIOR, 2009).

Considerado como um programa de política agrícola diferenciada para a agricultura familiar, emergindo a partir do Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse novo programa não seria apenas a simples diferenciação nas normas de crédito rural para “pequenos produtores”. Esse Programa emergiu com o objetivo de fornecer crédito e apoio institucional aos agricultores familiares que até então eram excluídos das políticas públicas existentes. Em 1996 contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o Pronaf passou a

operar de forma integrada em todo território nacional (SOUZA-ESQUERDO et al., 2015).

Outro grande passo para a promoção da agricultura familiar está relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e ao mesmo tempo melhorar os hábitos alimentares dos alunos (BERGAMASCO et al., 2013).

Apesar do PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas em 2009 com a Lei 11.947 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com o artigo 14 dessa Lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos Estados e municípios para a compra de alimentos deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BERGAMASCO et al., 2013).

Entre 2003 e 2005 a política do programa foi reformulada e foi instituído o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). A principal modificação foi a entrada dos agricultores familiares, especialmente os do Nordeste, como produtores de oleaginosas. Para estimular a parceria entre os agricultores familiares e as instituições privadas que compram as matérias-primas e industrializam o biodiesel, o Estado fornece subsídios fiscais e melhores preços para as empresas, brindando-as com o Selo Combustível Social (SCS). O PNPB apoia a participação da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel de soja com a criação de instrumentos como crédito, zoneamento, assistência técnica e extensão rural, fomento e benefícios fiscais (SCS). As metas do PNPB são: implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas (RIBEIRO et al., 2013).

Ainda segundo o mesmo autor, o PNPB, portanto, estão envolvidos, além dos agricultores familiares, agentes e mediadores com vários interesses, como

cooperativas, empresas privadas compradoras de grãos e de comércio de insumos e o Estado.

ASSOCIATIVISMO

No Brasil no século XXI, devido à crise econômica vivida no país, e à modernização da agricultura com viés capitalista, os agricultores familiares se organizaram em busca do desenvolvimento, tendo como base o associativismo. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, mas as associações rurais nascem, de maneira geral, com o objetivo de unificar a comunidade em prol da melhoria e também como espaços mediadores entre a comunidade e os poderes públicos e órgãos competentes, para reivindicar os problemas inerentes ao local (SANTANA, 2019).

As associações e cooperativas são as principais ações coletivas adotadas pela agricultura familiar para suprir algumas demandas de sua produção ou falta de recursos para aumentar a capacidade da mesma. Desta forma, são vistas como alternativas para acessar mercados, gerar renda e condições de permanência dos agricultores familiares em suas atividades no meio rural (KUCHAK, 2019).

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, os pequenos produtores, por meio da associação, tendem a melhorar a atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes dos assentamentos rurais (SANGALLI et al., 2015).

Devido a sua importância nota que por meio dos dados apresentados pelo IBGE (2012), o crescente aumento de associações sem fins lucrativos no Brasil. Até 1980 existiam 404 associações de produtores rurais, já nos anos de 1981 a 1990 passaram a ser 1.785 e nos anos de 1991 a 2000, 9.661. Assim, tendo uma expansão ainda maior em 2001 a 2010 com 11.080 associações. Números que demonstram a busca conjunta dos produtores rurais no avanço e desenvolvimento da agricultura familiar (KUCHAK, 2019).

Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. O termo associação engloba vários modelos de organizações (associações, institutos, clubes, etc) que tem objetivos e finalidades distintas entre si, mas que recebem esse nome por terem características comuns e semelhantes, como a reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos coletivos. (MUMIC et al., 2015).

Por intermédio das associações, produtores que habitualmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, se juntam para tentar um melhor desempenho no competitivo mercado. Com essa união, o acesso dos produtores a insumos e maquinários agrícolas se torna mais fácil, não só pela divisão financeira dos dividendos, como também pelos prazos maiores e condições mais facilitadoras de pagamento (MUMIC et al., 2015).

Quando as pessoas se unem em busca de melhores condições de vida para a comunidade, surge o associativismo, já a associação: é a pessoa jurídica, registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas que, tem um objetivo comum, ou seja, querem a mesma coisa (MUMIC et al., 2015).

Apesar de algumas associações terem sido induzidas pela ação estatal, presença significativa de capital social, representado pelas relações horizontais de confiança, cooperação, solidariedade, reciprocidade e participação, foi constatada entre os associados. Trata-se de uma importante constatação, visto que o capital social atua como elemento central no processo de formação, manutenção e funcionamento das associações. Isso pode contribuir para o fortalecimento dessas organizações, gerando benefícios que, de forma isolada, esses agricultores provavelmente não conseguiriam (COSTA et al., 2017).

METODOLOGIA

Este trabalho está vinculado ao projeto em RJI da Profa. Dra. Mirina Luiza Myczkowski Gomes intitulado "Análise da comercialização e possível agregação de valor de produtos oriundos da agricultura familiar da cadeia produtiva de hortaliças em Mococa-SP", o qual tem como um dos objetivos o estudo de associativismo e foi realizado a partir de pesquisa aplicada

Destaca-se como pesquisa exploratória, realizada por meio de Pesquisa Bibliográfica baseada em materiais já elaborados como livros e artigos científicos e questionários aplicados de forma qualitativa.

Foram aplicados questionários específicos à 3 representantes oficiais de Associações/ Cooperativas agrícolas na região de Mococa.

Os dados obtidos nos questionários foram compilados para gerar a discussão do tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram aplicados 3 questionários específicos para análise de ações de associativismo e cooperativismo na região de Mococa.

O primeiro questionário foi aplicado na Associação de Bairros Produtores Rurais de Caconde (ABAPRUC), localizada na cidade de Caconde/SP. O presidente da Associação, o senhor Ademar Pereira foi quem respondeu as questões, sendo que hoje é também o presidente da cooperativa, a qual possui 24 cooperados e associados.

A associação surgiu de um programa do SENAR São Paulo, e foi fundada em novembro de 2015.

O principal objetivo da associação era facilitar o dia a dia na compra conjunta dos insumos e procurar alternativa de mercado para o café. Hoje, essa associação se tornou também uma cooperativa, devido a necessidade de industrializar os produtos, porque sendo associação não podia fazer essa comercialização.

A maior dificuldade nessa transição foi à burocracia, onde demorou cerca de dois anos até transformá-la em cooperativa. Sua perspectiva futura é buscar a certificação.

O segundo questionário foi aplicado na Coopardense - Cooperativa Agropecuária de São José do Rio Pardo e Região. Essa pesquisa foi feita com Claudine Minussi, presidente da cooperativa, a qual possui hoje 27 cooperados.

A cooperativa foi fundada em 24 de setembro de 2009 e seu principal objetivo era fortalecer o pequeno produtor rural, com total apoio na comercialização, suas perspectivas futuras é a comercialização, direto com

supermercados oferecendo capacitação em convenio com o Sindicato Rural e incentivar o cultivo de orgânicos e apoiar na comercialização dentre outros em estudo.

A atividade realizada dentro das cooperativas tem como objetivo a comercialização do produto, observa-se que a cooperativa é um incentivo para que o produtor rural possa realizar suas atividades em grupo, como cooperado, um ajudando ao outro a suprir suas necessidades para que assim possa ser realizada a comercialização desses produtos.

Em Mococa também foi aplicado um questionário na Associação dos Produtores Rurais de Mococa (APRUMO), fundada em 10 de janeiro de 2010.

O questionário foi respondido pelo presidente da APRUMO, o senhor Jocimar Adalberto Galdino. A associação que possui hoje, 29 associados, pretende também se transformar em uma cooperativa.

A associação surgiu da necessidade de se organizar os produtores para alcançar melhores oportunidades de produção, gestão e mercado para os mesmos. Seu objetivo é dar suporte e apoio aos produtores com o intuito de alavancar seus negócios de uma maneira geral.

A principal dificuldade encontrada pela associação é a resistência á mudança comportamental dos produtores em relação ao associativismo, tem sido uma batalha os fazerem entenderem que a união faz a força e que não existe concorrência entre eles.

Existem várias ações futuras que pretendem colocar em prática, uma delas é aumentar o número de produtores.

Pode ser observado que em Mococa a dificuldade dos produtores em aceitar essa transição de uma associação para cooperativa, dentre todas as dificuldades a maior é fazê-los entender que não é uma competição e sim uma união. No caso das outras que já se tornaram cooperativas vemos que estão com os objetivos mais avançados e os produtores têm uma visão mais ampla do que os produtores de Mococa, e com isso faz com que a APRUMO tenha mais dificuldade em colocar ações em prática.

Em pesquisa realizada no Estado do Paraná, COSTA et al (2017).buscou caracterizar o contexto de formação das associações, o perfil dos associados e a relação entre eles; observar as características da produção, da comercialização e do acesso às políticas de financiamento e assistência técnica;

analisar a relação entre as associações e o poder público; identificar os principais resultados obtidos pelas associações; obter indícios acerca da dotação de capital social existente nas associações

A atuação dos presidentes das associações, na visão dos pesquisados, foi fator limitante para o desenvolvimento do grupo. Alguns entrevistados acreditam que falta mais apoio governamental para que a associação prossiga com resultados positivos. Neste caso, os associados atribuem a terceiros, principalmente à presidência e aos órgãos públicos, a tarefa de envolver e estimular o grupo, pouco reconhecendo o próprio papel no desenvolvimento das associações.

Ainda segundo COSTA et al (2017) foi constatado que as associações atuam como elemento de ligação entre a comunidade local e os órgãos públicos no que se refere à garantia de benefícios para os agricultores associados, implicando melhorias econômicas e na qualidade de vida. Na percepção da maioria dos agricultores entrevistados, as associações trouxeram benefícios para seus membros. Em especial, possibilitaram a utilização conjunta de equipamentos, agregando valor à produção desses agricultores. Esse benefício, entendido como estratégia de melhoria no nível econômico dos agricultores pesquisados, foi identificado como principal vantagem de ser associado e motivação básica para o ingresso nas associações.

Os resultados aqui encontrados corroboram com COSTA et al (2017) e mostram que as atividades das Cooperativas participantes da pesquisa estão de acordo com o esperado na contribuição destas instituições para o desenvolvimento econômico ligado ao agronegócio. Mostram também que as dificuldades encontradas pela APRUMO devem ser contornadas para que a associação cumpra o seu papel trazendo maiores benefícios aos seus associados e possibilitando a agregação de valor aos produtos.

Ressalta-se a importância das ações que promovam o desenvolvimento econômico, que auxiliem os pequenos produtores e que viabilizem estratégias para a manutenção de suas produções. Isso só pode ocorrer com atividades ligadas ao associativismo e cooperativismo para agregação de valor e produção sustentável.

CONCLUSÃO

A realização deste trabalho mostra a força que os pequenos produtores podem ter se forem organizados e tiverem os mesmos objetivos de crescimento. Pode ser observado também com existem dificuldades desse tipo de organizações e o quanto os produtores em agricultura familiar precisam de auxílio para se manterem e poderem contribuir para o desenvolvimento econômico de onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-9, mai./2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. D. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Interdisciplinaria de Estudos Agrários**, Jarinu, v. 1, n. 38, p. 1-25, set./2013. Disponível em: <http://www.ciea.com.ar/web/wp-content/uploads/2016/11/riea38.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.
- CARNEIRO, J. F.. **Modernização da produção leiteira e seus impactos na agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/modernizacao-da-producao-leiteira-e-seus-impactos-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- COSTA, R. Z. D; SOUZA, P. M. D; ALMEIDA, L. F. D. Agricultura Familiar e Associativismo: A experiência dos agricultores do município de Brejetuba-ES. **Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 22, n. 1, p. 1-19, jan./2017. Disponível em: <https://testeprod.unimontes.br/rds/article/view/1234>. Acesso em: 29 out. 2020.
- DALLANÔRA, I. B. Modernização do espaço rural brasileiro: “novo” olhar para a agricultura familiar. **Caderno de Geografia**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/geografia/article/view/23950>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; MACHADO, J. A. D. Panorama atual e perspectivas futuras das agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 4-18, jul./2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/3763>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GRISA, C. *et al.* Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jun./2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/50853>. Acesso em: 14 set. 2020.

JUNIOR, V. J. W. As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira. **Tede**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-236, ago./2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/tede/664>. Acesso em: 14 set. 2020.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M.. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **SciELO**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-13, jan./2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a22.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

KUCHAK, M. L. *et al.* O associativismo como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Tópicos em Ciências Agrárias**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 27-40, dez./2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Helder_Freitas3/publication/335785949_Mulheres_agricultoras_do_sertao_do_Sao_Francisco_construindo_agroecologia_e_lutando_pela_igualdade_de_genero/links/5e36a131458515072d775aae/Mulheres-agricultoras-do-sertao-do-Sao-Francisco-construindo-agroecologia-e-lutando-p. Acesso em: 29 out. 2020.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.. Caderno 'Segurança Alimentar'. **Embrapa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-52, dez./2000. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L.. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 1-23, dez./1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 05 out. 2020.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P; LIVRAMENTO, D. E. D. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Libertas**, São Sebastião do Paraíso, v. 5, n. 1, p. 1-18, dez./2015. Disponível em: <http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/61>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologias**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 1-33, dez./2005. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/12034>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. S.. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, mar./2013.

Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/743>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANGALLI, A. R. *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições Para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (MS), brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 1-15, abr./2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87841064007.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

SANTANA, R. T. Associativismo rural: o caso da associação de desenvolvimento comunitário da tiririca, cruz das almas-BA. **CCAAB**, Cruz das Almas, v. 1, n. 1, p. 1-32, jul./2019. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1936/1/deposito.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

SILVA, J. R. da; JESUS, P.. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no brasil**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4e7c/575628ad2fec34e3245aad066f49c048c83.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. D; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das Frutas-SP. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 1, p. 1-27, mar./2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/extensaorural/article/view/14539>. Acesso em: 14 set. 2020.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção**. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2010.v19n4/933-945/pt>. Acessado em: 24 ago. 2020.

TALASKA, A.; ETGES, V. E. Os conceitos normatizados pela legislação e a interpretação da estrutura agrária e fundiária no Brasil. **Memoria Acadêmica**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 33, p. 1-17, dez./2015. Disponível em: <file:///G:/Fatec/6%C2%BA%20Semestre%202020/Agricultura%20Familiar/Artigo/Etapa%201%20-%2031.08/Conceitos%202.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A; LAFORGA, G.. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Ciências Agroambientais**, Mato Grosso, v. 14, n. 1, p. 1-11, mai./2016. Disponível em: <file:///G:/Fatec/6%C2%BA%20Semestre%202020/Agricultura%20Familiar/Artigo/Etapa%201%20-%2031.08/Conceitos.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.